



FUTURE OF WORK(ERS) RESEARCH PROJECT

Só para o inglês ver? O paradoxo da protecção social no contexto de uma economia extractiva.

Ruth Castel-Branco

Southern Centre for Inequality Studies | University of the Witwatersrand

Conferência Online: Indústria Extractiva em Moçambique: Desafios, Sucessos e Perspectiva | 3 e 4 de Agosto 2021

A protecção social em Moçambique

O que é a protecção social?

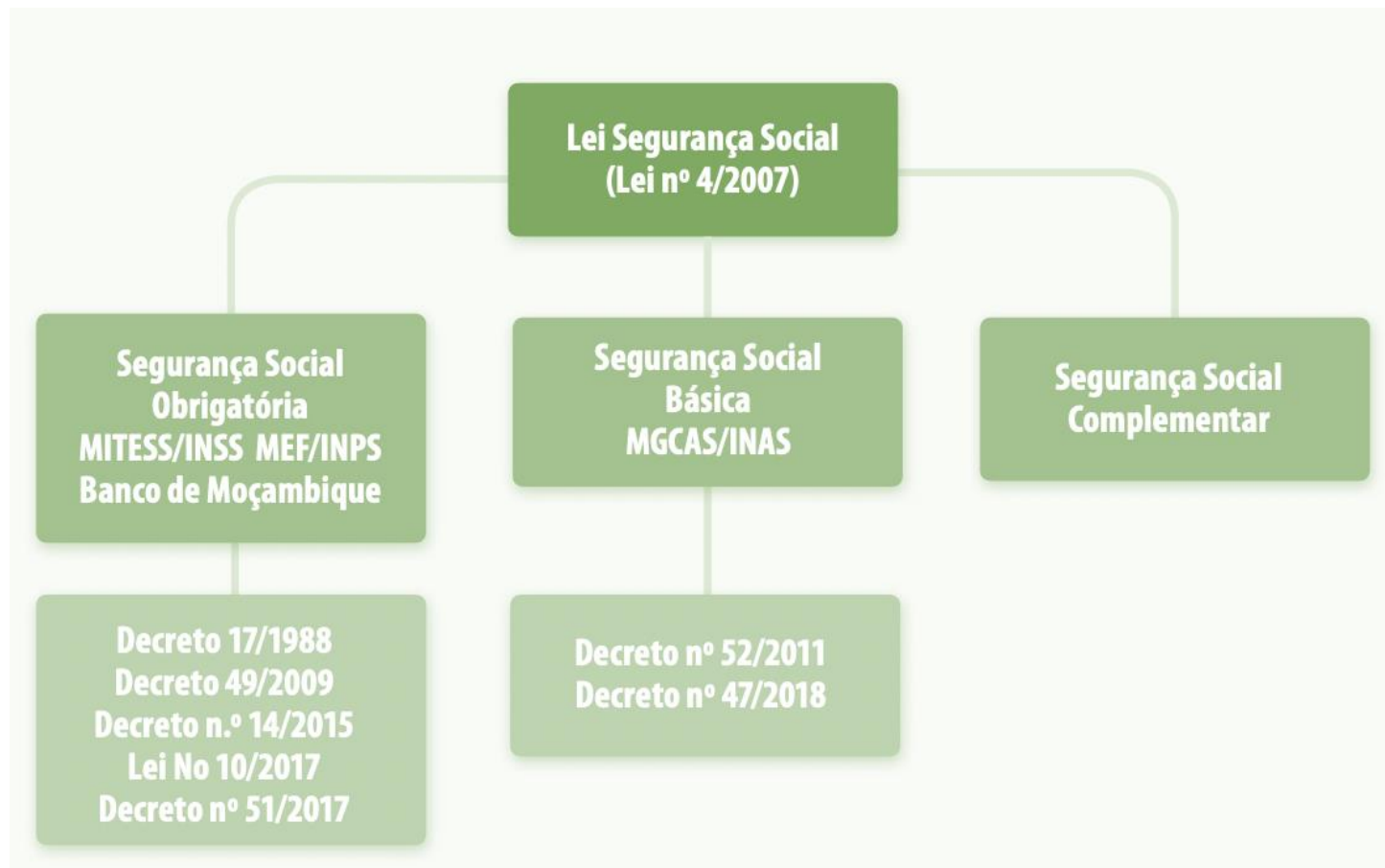
- Instrumento redistributivo;
- Garante o acesso a cuidados universais e uma segurança de rendimento adequada;
- Responde às vulnerabilidades ao longo do ciclo de vida.



A protecção Social em Moçambique

“Os cidadãos têm direito à Protecção Social, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais ou profissão.”

-Lei da Protecção Social 4/2007, art.º 6



O subsistema da **Segurança Social Obrigatória** proporciona prestações a segurados:

- financiado pelas contribuições dos trabalhadores e empregadores (ou no caso de trabalhadores por conta própria, apenas os trabalhadores);
- e gerido pelo Instituto Nacional de Segurança Social, o Instituto Nacional de Previdência Social, e o Banco de Moçambique;
- **approx. 750,000 segurados.**

Limitações:

- A não aplicação da Lei do Trabalho e informalidade
- Falta de informação e confiança, morosidade dos processos
- Falta de capacidade contributiva irregularidade dos rendimentos
- Benefícios inadequados: e.g. subsídio de desemprego

O subsistema da **Segurança Social Básica** proporciona transferências aos cidadãos incapacitados para o trabalho e pessoas vulneráveis em situação de pobreza absoluta;

- financiado pelo orçamento geral do Estado;
- gerido pelo Instituto Nacional Acção Social;
- **approx. 600,000 agregados familiares**

Limitações:

- Fraca cobertura e um valor exíguo;
- alocações orçamentais inadequadas (0.51% do PIB, 1.6% do OE).

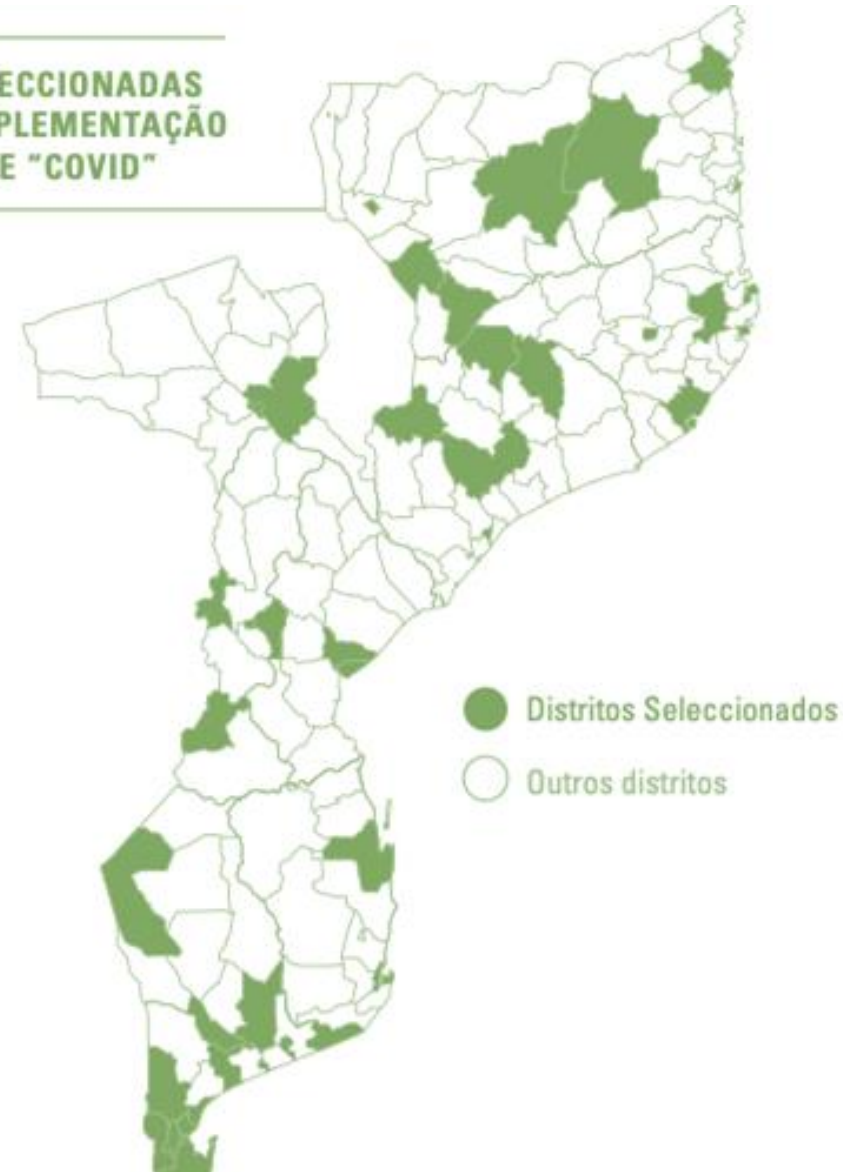
Programa do INAS	Cobertura (agregados)	Agregado (tamanho)	Valor (MT)
PSSB	445,085	1 pessoa	540
		2 pessoas	640
		3 pessoas	740
		4 pessoas	840
		5 pessoas	1.000
PASP	121,557	-	1.050
PASD	18,438	-	-
PAUS	7,099	-	-

Resposta da protecção social a
pandemia da Covid-19

Resposta a pandemia da Covid-19

- Provê uma transferência **incondicional**;
- **MT 1.500** durante um período de seis meses;
- Para **1.102.825** novos agregados familiares;
- Áreas urbanas e periurbanas, bem como regiões fronteiriças, esp. Cabo Delgado;
- Articulação entre o INAS, o INSS e organizações de trabalhadores informais;
- pagamentos digitalizados através de uma carteira electrónica:
 - Dependência na terceirização
 - Falta de cobertura digital

ÁREAS SELECCIONADAS
PARA A IMPLEMENTAÇÃO
DO PASD-PE "COVID"



- Até os inícios de 2021, apenas 20.000 famílias tinham recebido o primeiro pagamento.
- O Governo tem falha porque promete uma coisa e não cumpre. Nós ouvimos que haveria um subsídio de MT 1.500 para as famílias por causa dessa questão da COVID, vieram aqui e andaram a inscrever pessoas e até hoje nada aconteceu. A iniciativa de apoiar as famílias é boa porque muitos com essa pandemia não conseguem trabalhar, não conseguem viajar pra comprar seus produtos e tudo mais, mas o problema é não cumprir. (R. Castel-Branco e Sambo 2020)



Desafios do PASD-PE

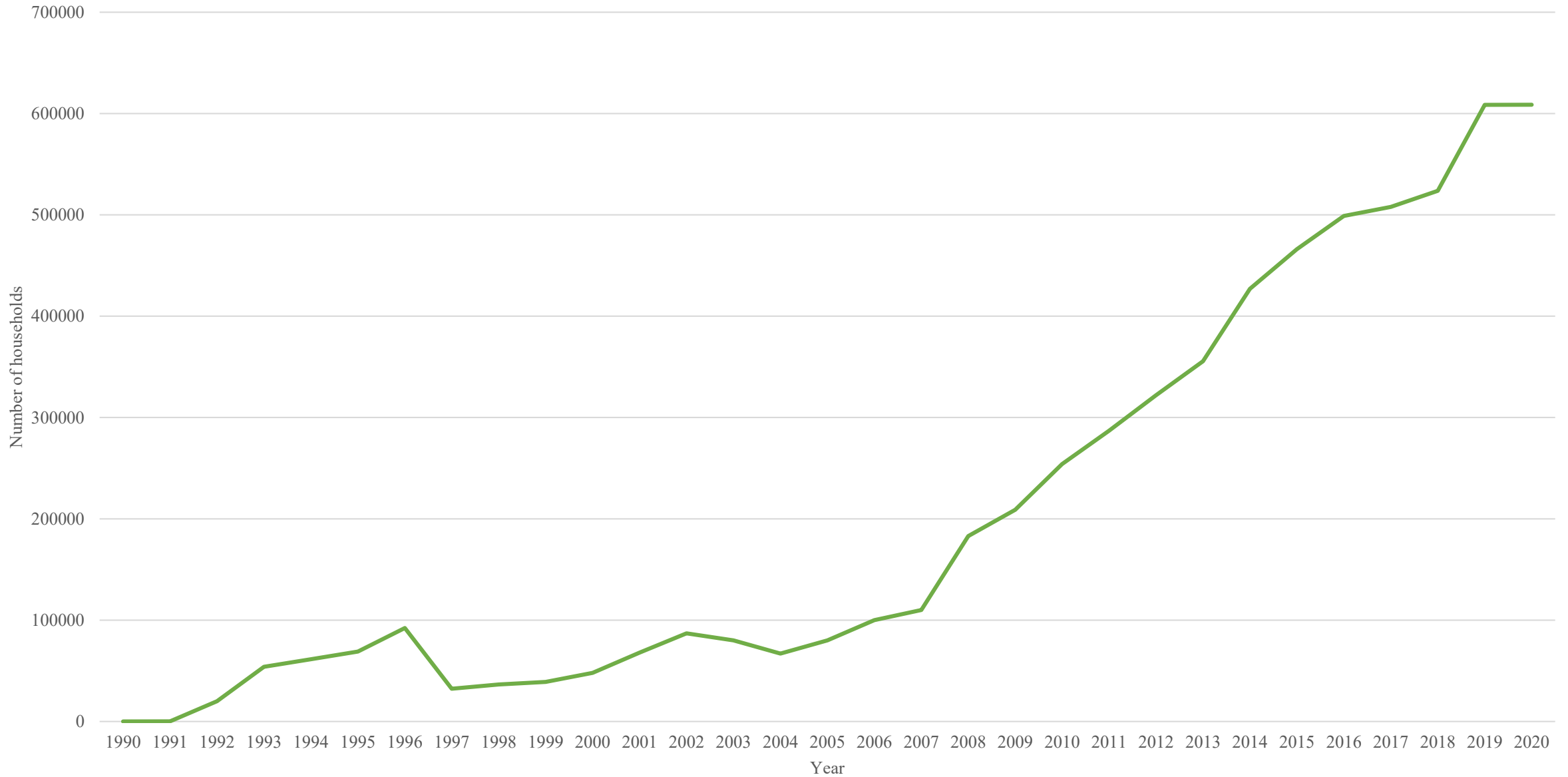
- Foi financiado na sua totalidade por recursos externos
 - O desembolso dos fundos dependeu do cumprimento com os condicionalismos do Banco Mundial (e.g. A terceirização dos pagamentos)
- A digitalização dos pagamentos através da terceirização criou vários desafios:
 - Elevados índices de analfabetismo entre as populações mais vulneráveis
 - A falta de cobertura e infraestruturas digitais: enumeradores para registar beneficiários, sistemas integrados de gestão de informação, pontos de pagamento com a liquidez necessária, etc.
 - O custo elevado cobrado por terceiros
 - A falta de experiência por parte de terceiros

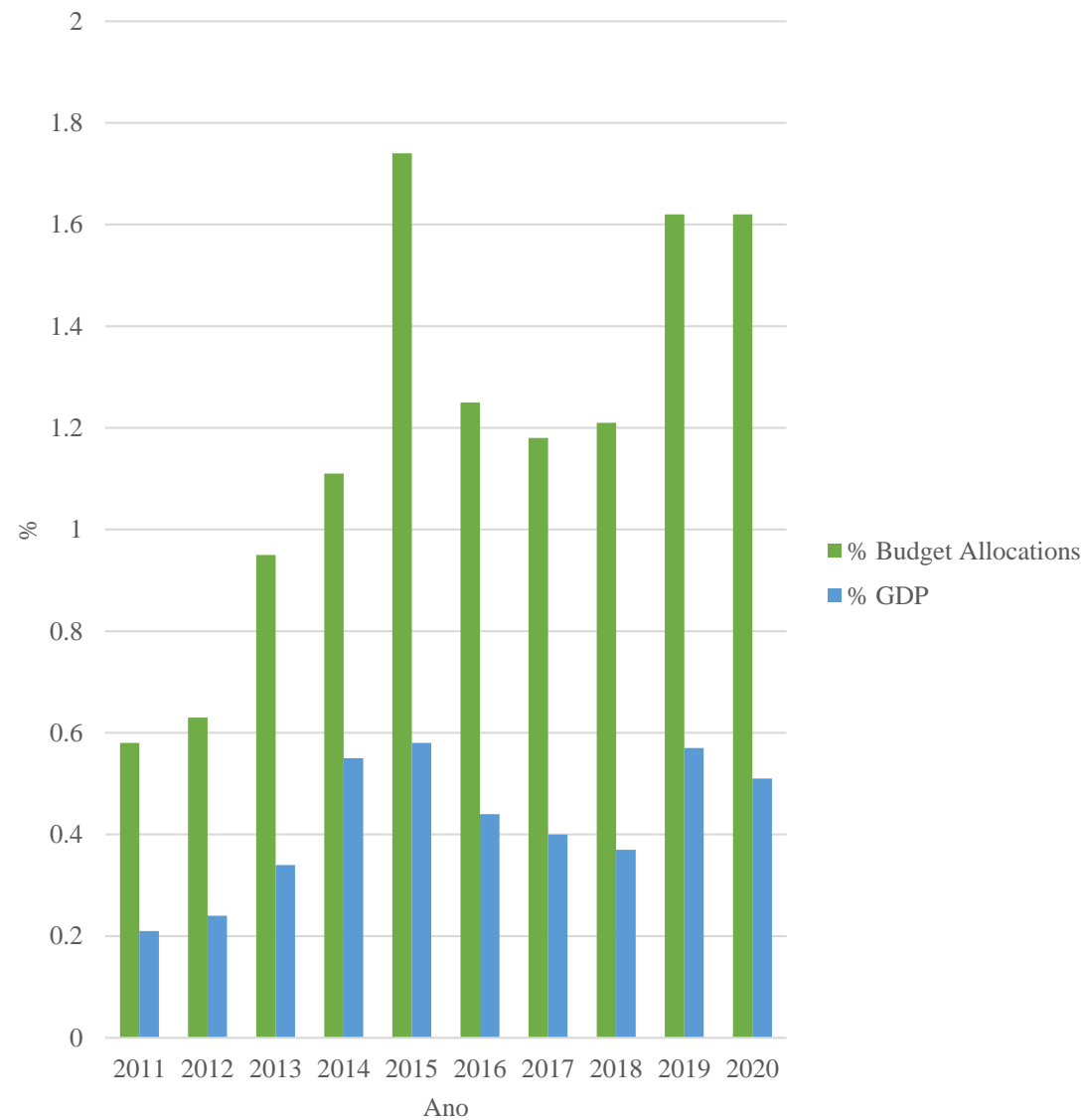
- Falta de compromisso político para com a protecção social:
 - Crença que pessoas em idade activa não devem receber transferências monetárias incondicionais porque tem forças para trabalhar;
 - O que ignora os elevados índices de desemprego, particularmente num contexto de pandemia.
- Só para o Inglês ver?
 - Buur e Salimo (2018) defendem que em Moçambique, a segurança social serve como um mecanismo para legitimar a continuação de fluxos de ajuda externa nos quais o partido no poder depende;
 - num contexto de pobreza, desigualdade e corrupção, a miragem da segurança social serve para fazer desaparecer perguntas desconfortáveis sobre os processos de acumulação.

O paradoxo da protecção social
no contexto de uma economia
extrativa

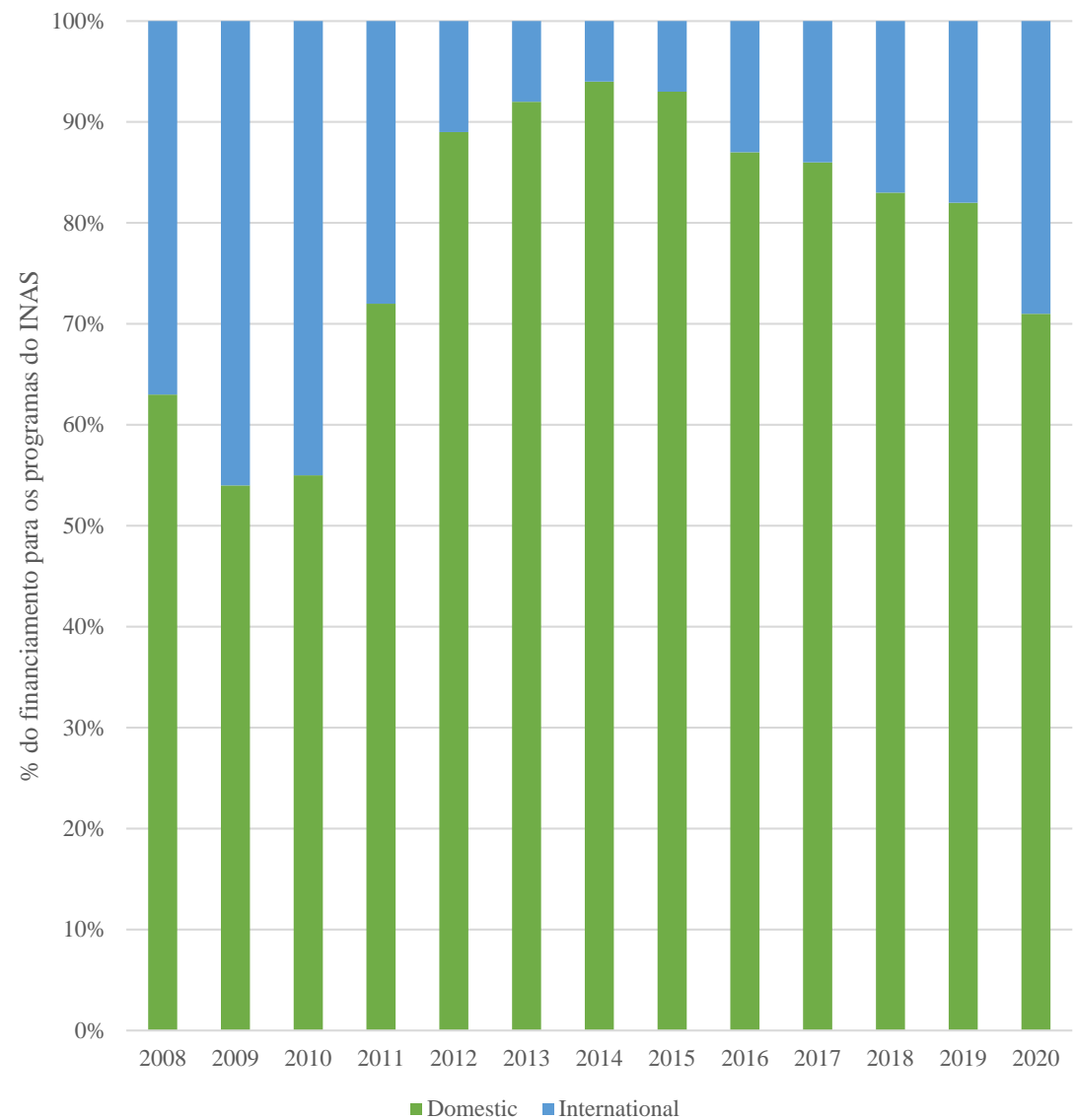
O paradoxo

- A economia extrativa aumenta a necessidade da protecção social:
 - Expropriação dos meios de produção;
 - A fraca capacidade de criação de emprego:
 - 90% do investimento privado é canalizado ao sectores extrativos e infraestructuras adjacentes, que criam apenas 15% for emprego assalariado.
 - Salários ultra-baixos.
- Mas reduz a capacidade redistributiva do:
 - Isenções fiscais;
 - Fluxos financeiros lícitos e ilícitos;
 - Dívida pública.






***Alocações orçamentais aos programas do INAS, %
do OE e PIB, 2020***



**Fundos internos e externos para o financiamento dos
programas do INAS, 2021**



	Valor (MT)	Número	Custo (USD)	% OE	% PIB
Indivíduos					
PASD-PE	1,500	28,571,310	7,093,566,621	129	47
Linha da pobreza	900	28,571,310	4,256,139,972	77	28
2/3 linha da pobreza	600	28,571,310	2,837,426,648	52	19
AFs					
PASD-PE	1,500	6,541,215	1,624,025,793	30	11
Linha da pobreza	900	6,541,215	974,415,476	18	6
2/3 linha da pobreza	600	6,541,215	649,610,317	12	4

Conclusão

- Países com sistemas eficazes de saúde e segurança social universal conseguiram proteger os seus cidadãos contra os piores prejuízos socioeconómicos causados pela pandemia da Covid-19 (ILO 2020);
- Infelizmente, estima-se que em Moçambique a incidência de pobreza disparou para entre 75.5% e 80.7% (Mussagy and Mosca 2020);
- Décadas de políticas neoliberais – a liberalização da economia e do mercado de trabalho, a privatização e subfinanciamento dos serviços públicos, a corrupção – fragilizou a capacidade de resposta do Estado.

Desafios da protecção social em Moçambique

- Falta de compromisso político com a protecção social;
- Fraca capacidade redistributiva do estado, que depende da estrutura económica, da base produtiva e das políticas fiscais;
- Pouca articulação entre os vários eixos da protecção social e outros sectores;
- Fraca participação dos vários ramos da sociedade civil, em particular organizações com membros;
- Condicionais ligados a ajuda externa:
 - Eg. Terceirização dos pagamentos.